

APCEF/SP – ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
SÃO PAULO
CONSELHO DELIBERATIVO
Ata da Reunião realizada em 25.11.2016

Pauta:

- 1. Informes Administrativos**
- 2. Planejamento Estratégico e Orçamentário 2017**
- 3. Informes Funcef**
- 4. Informes Gerais e Cotidiano Caixa**
- 5. Campanha “Se é Público, é Para Todos”**

O Presidente do Conselho, Sr. **Ivan Furtado** deu início aos trabalhos, com a presença de 17 Conselheiros, dos Diretores **Amauri Nogueira da Cruz**, **Ivanilde Moreira de Miranda**, **Leonardo dos Santos Quadros** e do Assessor **Marcos de Castro**, saudando os participantes e solicitando ao Secretário a leitura da Pauta da presente reunião.

Na sequência foi colocada em votação a Ata da Reunião anterior, sendo aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente registrou o recebimento de correspondência oriunda da Diretoria da APCEF/SP relacionada ao pedido de criação do comitê em defesa do Cecom, contra a desapropriação de parte do terreno, que transcrevemos na íntegra:

“Conforme orientação desse Conselho em reunião realizada no dia 29.10.2016, a Diretoria Executiva da Associação organizou uma reunião no clube no dia 05.11.2016 com previsão de início às 18 hs e duração de duas horas. O convite foi feito a todos os associados por meios eletrônicos da Associação (site e facebook). Às 18h30, portanto 30 minutos após o horário marcado, a reunião teve início com a Superintendente da Associação, **Vanice Rodrigues** e os Diretores da entidade, **Ivanilde Moreira** e **Leonardo dos Santos Quadros**. A Superintendente fez um resgate do histórico das ações empreendidas e dos fatos mais recentes relacionados ao tema. No entanto, apesar da ampla divulgação realizada pelos meios de comunicação da Associação, não foi registrada a presença de membros do Conselho ou

de associados durante o período marcado, com isso a reunião foi finalizada às 20 hs.”

1. Informes Administrativos

O Sr. Diretor **Leonardo dos Santos Quadros**, juntamente com a Sra. **Vanice Rodrigues Carvalho**, Superintendente da APCEF/SP apresentou vídeo e informou sobre o Movimento Cultural do Pessoal da Caixa (MCPC) que consiste em programa da FENAE de incentivo à cultura brasileira, por meio da Lei Rouanet e que destina parte de seu imposto de renda devido a ser investido em cultura. Acesse “mcpc.mundocaixa.com.br” e saiba mais.

2. Planejamento Estratégico e Orçamentário 2017

A Sra. **Vanice Rodrigues Carvalho**, Superintendente da APCEF/SP apresentou a projeção orçamentária 2017 e resumo referente à receita, despesas, investimentos, manutenção e eventos previstos para o próximo exercício:

Receita.....	R\$ 29.944.269
Despesas Operacionais.....	R\$ 29.536.450
Resultado Operacional.....	R\$ 407.819
Investimentos.....	R\$ 14.732.542
Manutenção.....	R\$ 2.629.463

Número de Empregados: 235

Administração..... 79

Unidades.....124

Clubes..... 22

Eventos..... 10

Planejamento englobando as áreas:

Administração

Centro Comunitário

Colônia de Salto Grande

Colônia de Suarão

Colônia de Campos

Colônia de Ubatuba

Colônia de Avaré

Sub Sede Bauru

Eventos

Existe adiantado estudo para a aquisição de 05 flats localizados em áreas próximas a hospitais e estações de metrô para serem utilizados principalmente por associados residentes fora de São Paulo.

Também está em estudo a ampliação da Colônia de Campos do Jordão, sendo as obras realizadas por etapas, sem haver necessidade de fechamento da unidade.

Aberto a considerações dos Conselheiros.

Marcos Paulo Cavalcanti de Sousa – em recente viagem a Campos do Jordão constatou problemas em diversas escadas que deverão ser sanados com a máxima urgência. Sugeriu aquisição de área vizinha à Colônia para ampliação inclusive do estacionamento.

Marcus Vinicius Ramalho – que, devido à crise existente, sejam os investimentos realizados com a maior cautela, principalmente na aquisição dos flats. Nossa função como Conselheiro é perguntar, é sugerir, com a preocupação de não ser transferido para o associado possível ônus devido a novos investimentos, visando sempre manter o equilíbrio financeiro, evitando o aumento da mensalidade.

Edijalma Bugiato – Em princípio foi contra a criação da Colônia de Avaré em virtude da proximidade com Salto Grande. Sugere reforma na Colônia de Salto Grande com a construção de mais chalés, algumas churrasqueiras e possível barracão para guarda de barcos. Solicita informações sobre a instalação irregular de churrasqueiras em área da marinha. Na gestão anterior havia estudo para a construção de chalés no Cecom.

Gilberto Macedo – solicitou estudo sobre a cobertura para veículos na Colônia Ubatuba, bem como a retirada dos coqueiros existentes.

Com referência às churrasqueiras instaladas em área da marinha na Colônia Salto Grande, a Sra. **Vanice** informou que as mesmas já existiam há muito tempo, não havendo necessidade em se removê-las. Há estudo sobre a viabilidade de se construir novas churrasqueiras e quanto a construção de novos chalés, a Diretoria não acha viável visto o associado usar o espaço como clube de campo. Não é permitida construção de barracão para barcos no espaço.

Não está descartada a retirada dos coqueiros da Colônia de Ubatuba e quanto a cobertura para veículos pode-se estudar a viabilidade.

Na sequência, procedeu-se à votação do Plano Orçamentário 2017, sendo aprovado por 15 Conselheiros, havendo 2 abstenções.

3. Informes FUNCEF

O S.r. **Valmir Gongora**, economista do DIEESE Subseção APCEF/SP apresentou as últimas informações sobre a FUNCEF:

Constata-se significativo crescimento no contencioso dos planos da Funcef implicando em novo equacionamento nos planos REG/REPLAN saldado (R\$ 6.690.342.419,62 atualizado em 31.08.2016 – prazo: 211 meses – 10,68% a partir de fevereiro 2017) e REG/REPLAN não saldado (R\$ 1.023.035.946,72 atualizado em 31.08.2016 – prazo: 237 meses – 14,1% a partir de fevereiro 2017).

O Conselheiro **Marcus Vinicius Ramalho** manifestou preocupação com os déficits registrados nos planos da Funcef, a falta de transparência envolvendo os cálculos e solicitou seja feita comparação com outros fundos semelhantes.

O Sr. **Valmir Gongora** ponderou que a legislação estabelece participação dos empregados no conselho dos fundos de pensão e no caso da Funcef elegemos representantes no Conselho Deliberativo, no Conselho Administrativo e na Diretoria. Em tese, os eleitos teriam a obrigação de nos informar tempestivamente tudo a respeito do nosso fundo de pensão. Na prática, os planos de equacionamento são aprovados tanto no Conselho Deliberativo quanto na Diretoria Executiva sem qualquer discussão com os participantes.

3. Informes Gerais e Cotidiano Caixa

Marcos Paulo Cavalcanti de Sousa – No Edifício Brás a Supervisora em exercício Jocilene e o Gerente de Filial Marcus Mirandola continuam a influir de forma negativa ao fazer a indicação do Presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes sendo que nas demais CIPA's da Caixa a escolha é feita democraticamente entre os seus pares. A GIPES/SP não aceita indicar o escolhido entre os cipeiros titulares, o que de certa forma constitui intervenção na Comissão. O cipeiro titular Marcos Paulo solicitou no dia da posse em setembro de 2016 que o grupo pudesse escolher o Presidente e que a GIPES/SP na pessoa da Supervisora em exercício Jocilene Batista Campoy ratificasse a indicação, sendo negado tal pedido. A forma proposta pelo grupo de cipeiros do

Edifício Brás não iria descumprir nenhum normativo interno da CAIXA, não afetaria a NR-5 (Norma Regulamentadora NR-5 CIPA do Ministério do Trabalho) e tampouco afetaria o Acordo Coletivo de Trabalho assinado com o Sindicato dos Bancários. Foi solicitado ao Conselho Deliberativo da APCEF/SP um maior apoio às CIPA's e em especial a do Edifício Brás e um encaminhamento da questão a Diretoria da APCEF/SP que não vem prestigiando a Comissão desde a posse da atual Gestão em setembro de 2016. Há várias pendências por parte da GIPES/SP inclusive o não cumprimento do acordo para o trabalho semanal do Técnico em Segurança do Trabalho em conjunto com os cipeiros, sendo tal fato relatado por diversas vezes a GIPES/SP com cópia inclusive para o Gerente de Filial Marcus Mirandola sem nenhuma providência. Um fato gravíssimo foi a negativa tácita da GIPES/SP em não atender a Norma Regulamentadora NR-4 em seus itens 4.1, 4.2, 4.2.3, 4.8, 4.13 e 4.19 todos da NR-5 visto que o edifício Brás dista 7 (sete) quilômetros da sede do SESMT na Rua Bela Cintra sendo que na norma o limite máximo para atendimento é de 5 (cinco) quilômetros, uma vez que o Edifício Brás possui 582 empregados CAIXA e a Constituição de um SESMT Descentralizado composto de um Técnico em Segurança do Trabalho se fez necessário a partir de 501 empregados, visto que a CAIXA está enquadrada no quadro de risco 1.

Sérgio Hideo Kaneko - *Mais uma vez o fantasma da reestruturação volta a assombrar os (a) s empregado (a) se da CEF.* Alguns empregados com função gratificada de tesoureiro foram convocados às pressas para uma reunião de pauta desconhecida no prédio da SR Jundiaí na última sexta-feira (18 de novembro). Estavam presentes à reunião representantes de áreas da CEF vinculadas à Brasília, Bahia, Jundiaí entre outras. Não foi registrada a presença de nenhum empregado vinculado às entidades representativas (sindicatos/APCEF). Na reunião foi apresentado um projeto piloto que:

- tem prazo para conclusão até a segunda quinzena de dezembro 2016;
 - envolve novas atribuições ao tesoureiro, atribuições estas que antes pertenciam aos Gerentes Gerais/Supervisores;
 - passa a ser subordinado diretamente à uma plataforma do projeto piloto na SR destacados como gerentes gov/social ou admin até a conclusão do projeto;
 - está prevista a implantação do projeto para Janeiro de 2017;
 - futura vinculação dos caixas à “plataforma operacional”, criando assim o popularmente conhecido caixa itinerante(sem lotação à agência).
- Ao final da apresentação foram convidados a aderirem de maneira imediata ao projeto sem um prazo para a tomada de decisão, fazendo com que o empregado se sentisse pressionado à aceitação do convite.

O Sindicato de Jundiaí repudia esta forma de convite que mais se assemelha à prática de coerção e solicitou esclarecimentos sobre o projeto em questão. Em resposta ao pedido protocolado junto à SR Jundiaí, foi realizada nesta quarta-feira (23.11.2016), uma reunião para esclarecimentos sobre o projeto piloto em implantação na cidade de Jundiaí. Participaram da reunião a Superintendência Regional de Jundiaí, a DEPES (Gestão de Pessoas), a DESCO (Canais e Operações), a APCEF/SP e o Sindicato dos Bancários de Jundiaí e Região. Durante a reunião foram confirmados todos os itens já divulgados anteriormente, acrescentando-se os itens abaixo:

- expansão prevista para 11 agências na cidade de Jundiaí em Janeiro de 2107;
- a responsabilidade de toda a parte operacional da agência é transferida para o Gestor da Operação (tesoureiro), ficando responsável também pela administração da bateria de caixas;

- o Gerente Geral fica responsável somente pelo comercial, atendendo a uma necessidade da realidade de mercado;
- a remuneração prevista para este novo cargo equivale à de Gerente de Atendimento e Negócios IV (GAN IV), que hoje é a mesma do tesoureiro executivo;
- a vinculação dos empregados que ocupam a função de caixa passará para esta nova plataforma.

Também foi informado que este projeto teve sua implantação inicial em uma agência situada na região de Brasília, agência esta que contava com uma lotação de aproximadamente 47 empregados, envolvendo apenas o supervisor centralizadora/filial e tesoureiro na época e que inclusive os coordenadores do projeto piloto realizaram uma visita à Plataforma de Suporte Operacional (PSO) do Banco do Brasil na região de Jundiaí, para verificar a dinâmica do PSO na cidade, pois o projeto piloto da CAIXA é similar ao já utilizado pelo BB em nossa região.

Diante das confirmações e das novas informações, os diretores do Sindicato e APCEF/SP demonstraram grande preocupação em relação ao surgimento desta nova etapa da reestruturação dentro da CAIXA. A SR Jundiaí alegou desconhecimento sobre o emprego do aplicativo Whatsapp para realizar convocações de reunião, comprometendo-se a averiguar o emprego indevido do aplicativo, mas reconheceu que a convocação dos empregados no meio da jornada de trabalho realmente ocorreu de maneira equivocada, sem uma comunicação prévia.

A CAIXA simplesmente não está cumprindo fielmente o que foi assinado no Acordo Coletivo de Trabalho vigente, onde ela se compromete com questões relativas aos tesoureiros executivos (cláusula 60 – ACT CAIXA 2016 ~ 2018) e com a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para discussão das atividades referentes aos Caixas (cláusula 49, § 2º – ACT CAIXA 2016 ~ 2018). Estas mudanças envolvendo as atividades dos tesoureiros e a desvinculação dos caixas das agências terão reflexos diretos na vida pessoal de cada empregado envolvido. Existe grande preocupação em relação aos impactos provocados pelo projeto no que diz respeito às possíveis transferências, retiradas de função e redução salarial, já que o projeto em nenhum momento foi discutido com as entidades representativas dos empregados. A CAIXA, mais uma vez, faz surgir das sombras o fantasma da reestruturação. A APCEF/SP acompanhará em conjunto com o Sindicato dos Bancários de Jundiaí toda a fase de implantação deste projeto piloto, inclusive sugerimos que sejam realizadas outras reuniões envolvendo os coordenadores do projeto e representantes dos empregados (SEEB Jundiaí e APCEF/SP) e ainda em relação aos caixas, levaremos as informações do projeto piloto para o GT Fim do Caixa Minuto.

Ao final da reunião foi assegurada pela SR Jundiaí um canal permanente de comunicação sobre o projeto piloto. Os diretores das entidades representativas dos empregados (SEEB Jundiaí e APCEF/SP) solicitaram que fosse coibido todo e qualquer tipo de obstáculos às eventuais visitas dos diretores das entidades às agências participantes do projeto piloto, o que foi prontamente assegurado pela SR Jundiaí.

Laércio Rosa da Silva – no final deste ano, como lembrança do Natal, recebemos da presidência da Caixa alguns presentes: fechamento de agências, projeto piloto Jundiaí, descomissionamento, venda de ativos, dentre outros. Todo esse pacote gerará mais atribuições, mais tarefas e com esse corte irracional de gastos, a questão do social na Caixa ficará seriamente prejudicada.

Moções

O Conselheiro **Marcus Vinicius Ramalho** apresentou duas moções:

Moção de Repúdio

Nós, empregados da Caixa, membros do Conselho Deliberativo da APCEF/SP, repudiamos a decisão da Diretoria do Banco do Brasil em proceder o fechamento de mais de 400 Agências e a transformação de centenas de outras em postos de atendimento. Milhares de pessoas serão prejudicadas em virtude de terem que mudar de cidade, mudar sua vida motivada pela perda de comissionamento e redução de salário. O atendimento do BB tende a piorar, a população terá menor acesso aos serviços e as filas aumentarão. A proibição de concurso público e o descarte de funcionários através de PDV's nos bancos públicos responde à lógica do corte de despesas para direcionamento ao pagamento da dívida pública do país, que já consome 45% do orçamento federal. Esse é o primeiro passo do Governo Temer. Em seguida virão a terceirização e a privatização. Para que possamos barrar esse projeto, torna-se urgente organizarmos nossa resistência. Aprovada por 11 votos, havendo 2 abstenções.

Moção de Repúdio

Nós, membros do Conselho Deliberativo da APCEF/SP, repudiamos a decisão da Caixa de suspender o empregado Juary Chagas, lotado na Agência Ribeira em Natal/RN e acionar a justiça com pedido de demissão por não cumprimento da jornada de trabalho. Juary é integrante da executiva da CSP/Conlutas no Rio Grande do Norte, ex Diretor do Sindicato dos Bancários do RN até fevereiro de 2016 quando foi eleito para o Conselho Fiscal da entidade. Integra ainda o Movimento Nacional de Oposição Bancária. Já se candidatou a vice-prefeito, vereador e deputado federal e é um dos fundadores do MAIS (Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista). Esse ataque da Caixa faz parte de um processo de criminalização do movimento, de perseguição de ativistas sindicais, populares e políticos e deve ser revidado por todas as entidades que prezam pela democracia e pela liberdade de expressão. Aprovada por 7 votos, havendo 6 abstenções.

5. Campanha “Se é Público, é Para Todos”

Os Diretores Ivanilde Moreira de Miranda e Leonardo dos Santos Quadros registraram a participação em Brasília de Seminário em comemoração dos 50 anos da criação do FGTS, sendo aprovado um manifesto e a realização de campanha para que esse importante patrimônio não seja entregue aos bancos privados, o que vem sendo cogitado por parte desse governo descompromissado com os trabalhadores. Para essa campanha, estão sendo elaboradas cartilha em forma de quadrinhos e material destinado à população em linguagem de fácil entendimento. No site da APCEF/SP encontra-se o vídeo da campanha.

A Campanha “Se é Público, é para Todos”, criada pelo Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, vem se espalhando pelo país e em São Paulo foi lançada no dia 23 de novembro com a finalidade de se organizar a luta contra o desmonte de empresas públicas, através de debates e mobilização da população para a defesa do serviço público.

Ausências, devidamente justificadas, dos Conselheiros (as):

América Bezerra dos Santos
Carlos Alberto Paganini
Carlos Alberto Villela
Carolina Solano Carrion
Débora Patrícia Costa Oliveira
Demétrio Diattei Junior
Denys Rocha Negrelli
Elézio José de Melo Junior
Jair dos Santos
Manoel Barbosa Cosmo
Maria Aparecida Alvarenga Cassetari
Nelson Neurelis Dugo
Neuber Bezerra dos Santos
Rafaela Garcia Ramos
Sérgio Soares da Costa
Sonia Maria Manso
Valtair Aparecido Rosaboni

Nada mais havendo a tratar, o S.r. Presidente procedeu ao encerramento da reunião, sendo lavrada a presente ata que vai assinada por:

Jair Marciéri Pimpinato
Secretário

Sérgio Hideo Kaneko
Vice-Presidente

Ivan Furtado
Presidente



